

Vitor Gueogjian: Pequeno empresário deve ter voz na política fiscal

Acompanhamos as negociações entre o legislativo e as grandes empresas, grande parte multinacionais, sobre os principais pontos da Medida Provisória 627. O fisco brasileiro em conjunto com os parlamentares começam a sinalizar a importância e a dependência das empresas. Não se pode negar as razões do acordo — as empresas contribuem por meio dos impostos para a sobrevivência do Estado.

Uma das principais conquistas foi a diferença de apuração de resultados contábil e fiscal. Desde que a legislação brasileira incluiu padrões de normas contábeis internacionais, lei 11.638/2007, a apuração do lucro fiscal deveria ser feita à moda antiga, daí a criação do RTT. Após seis anos a União resolveu dar fim à apuração antiga e se adaptar à nova legislação contábil.

As empresas conseguiram alguns benefícios como a isenção da tributação na fonte pelo Imposto de Renda dos lucros e dividendos distribuídos aos acionistas, quando ultrapassarem o lucro fiscal, considerado como tributável pelo fisco.

Outro ponto a ser considerado pelo deputado federal Eduardo Cunha é a tributação dos lucros auferidos no exterior por empresas controladas ou coligadas brasileiras.

As propostas abrem precedente valioso para o país: a possibilidade de acordo entre empresas e governo com ganhos mútuos dentro do possível. As partes são totalmente dependentes umas das outras. Artigo publicado na semana do dia 22 de fevereiro revista *The Economist* de fevereiro de 2014 demonstra a relação estreita que Estados e empresas mantêm em outros países. A reportagem menciona a necessidade dos países trazerem propostas vantajosas às empresas multinacionais para se instalarem. Alguns países, utilizados como planejamento tributário, isentam ou diminuem de forma considerável o imposto sobre a renda a fim de convidar empresas pelo mundo a investir na economia interna.

Interessante que a Receita Federal e os parlamentares trabalhem na linha do acordo com os empresários.

Esse pode ser o passo para que o empresário brasileiro de médio e pequeno porte tenha voz e participe das negociações com concessões mútuas. A política fiscal brasileira dá poucas condições para que empresários de pequeno e médio porte prosperem.

Segundo levantamento do IBGE as pequenas e médias empresas brasileiras representam 20% do PIB, 99% das empresas existentes e são responsáveis por 60% dos 94 milhões de empregos no país. Impacta diretamente na economia e contribui para a distribuição de renda e o consequente aumento do consumo de produtos e serviços. Benefício que se estende a maior parcela da população e impulsiona o país. Esse comportamento é observado em qualquer parte do mundo.

O médio e pequeno empresário brasileiro, no entanto, enfrenta as dificuldades próprias do seu tamanho. Na área fiscal, com pouca representação política, enfrenta a real alta da carga tributária do país. A mera simplificação do pagamento dos impostos sem que isso represente efetiva desoneração, como no simples nacional, somada a ausência de mão de obra especializada ou expertise para otimizar o impacto tributário na empresa torna essa classe de empresários

vulnerável e muitas das vezes fecha as portas de negócios promissores.

As pequenas e médias empresas contribuem sobremaneira para a economia a duras penas no Brasil. Ao formar seu custo, para então encontrar o preço de venda das mercadorias e serviços deve considerar sempre os impostos, de modo a acrescentar a carga no preço. O problema que encontra o pequeno e médio empresário é justamente alcançar preço atrativo o suficiente para a venda de seu produto ou serviço.

A democracia é a forma de governo de participação igualitária. Como sabemos a igualdade não é tratar todos de forma igualitária, mas sim "tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigalam" (Rui Barbosa).

As grandes empresas no Brasil detém representação política e capacidade técnica para planejar o pagamento de imposto para o mínimo possível. Contudo a minoria (grandes empresas) representa grande parte do pagamento de impostos, o que traz poder de barganha e negociação com os governos.

Deve-se dar lugar aos pequenos e médios debater e obter benefícios compatíveis com a sua capacidade técnica sem que isso signifique apenas modo simplificado de pagamento. Não se pode olvidar o papel na economia brasileira dos pequenos e médios a fim de garantir a democracia tributária.

Dados gerais das MPEs brasileiras	
MPEs no Brasil	O que isso representa
20% do PIB	R\$ 700 bilhões
99% das empresas	5,7 milhões de MPEs
60% dos empregos	56,4 milhões de empregos
Fonte: IBGE, Dieese, Sebrae Nacional	

Date Created

16/08/2014